



Atendimento Especializado e Formação de Profissionais: perspectivas, desafios e oportunidades no âmbito dos Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade e Saúde

Francis Rodrigues Pereira¹
Graziela Zagonel Picolli²

¹ Enfermeiro pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Residente de Gestão em Saúde do Grupo Hospitalar.
<https://orcid.org/0000-0001-7685-9557>
<http://lattes.cnpq.br/1414305189394688>
francisrodriguesp@gmail.com

² Psicóloga pela Universidade de Caxias do Sul. Residente de Gestão em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição.
<https://orcid.org/0009-0002-9722-6913>
<http://lattes.cnpq.br/5441946553635802>
ggpicolli@gmail.com

Nesta entrevista, membros da equipe^a do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)^b da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) compartilham suas visões sobre a importância de um serviço especializado no atendimento das demandas das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos e mais (LGBTI+), assim como pessoas vivendo com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). Os principais desafios enfrentados na promoção e defesa dos direitos humanos dessas populações, incluindo estigma, discriminação, acesso a serviços de saúde e políticas públicas. Além disso, destacam a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão na atuação interdisciplinar.

O CRDH, vinculado ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS) e ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH), atua desde 2011, promovendo a inclusão, igualdade e justiça social, oferecendo serviços como escuta em saúde mental, acolhimento, aconselhamento jurídico, acesso a políticas públicas, adesão a tratamento, empregabilidade e geração de renda, entre outros.

Pergunta 1: Como a equipe avalia a importância de um serviço especializado no atendimento das demandas das pessoas LGBTI+ e pessoas vivendo com HIV/AIDS?

A importância de um serviço especializado no atendimento das demandas das pessoas LGBTI+ e pessoas vivendo com HIV/AIDS é evidente, uma vez que historicamente essas populações têm enfrentado dificuldades no acesso a serviços públicos e políticas públicas sensíveis e acolhedoras. A

^a Equipe: Ariel Berton Lopes - Assistente Social; Eliza Sant'Ana Hauschild - Estudante de Psicologia; Guilherme Gomes Ferreira - Assistente Social; Kaianara de Castro Valerio - Psicóloga; Lau Ozório Pontes Pinent - Estudante de Serviço Social.

^b O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul está localizado na rua Ramiro Barcelos, nº 2.777 - Sala 310. O atendimento é ofertado de segunda-feira a sexta-feira, a partir de agenda. O telefone para contato é 51 3308-5700. Para mais informações acesse o site: <https://www.ufrgs.br/crdh/>



oferta de um serviço público de referência, com uma abordagem interdisciplinar e sensível a questões de diversidade sexual e de gênero, possibilita o acolhimento integral das pessoas, com garantias de continuidade e financiamento. Além disso, a presença de profissionais da própria comunidade LGBTI+ na equipe contribui para uma identificação e aproximação mais próxima da realidade dessas populações, resultando em uma produção de saúde mais adequada.

Vale ressaltar que a oferta de um serviço especializado também contribui para a detecção precoce do HIV em gestantes, uma vez que o histórico e as taxas de detecção e óbitos relacionados ao HIV em gestantes são relevantes em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em comparação com as médias nacionais. Dessa forma, um serviço especializado no atendimento dessas demandas é fundamental para garantir um acolhimento sensível, livre de preconceitos e com uma abordagem integral, contribuindo para a promoção da saúde e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Pergunta 2: Quais são os principais desafios enfrentados pelo CRDH na efetivação dos direitos humanos das pessoas LGBTI+ e pessoas vivendo com HIV/AIDS?

Um dos principais desafios enfrentados no CRDH é a precarização das respostas institucionais devido à escassez de recursos. Sendo um serviço de referência, muitas vezes, sua capacidade de atendimento é limitada e não abrange demandas que vão além de sua área de atuação específica. Necessidades como assistência alimentar, cuidados de saúde mental ou representação judicial podem estar além das possibilidades do CRDH. Nessas situações, é necessário encaminhar as pessoas para serviços externos, como assistência jurídica pública, psicoterapia ou assistência social, a fim de suprir suas necessidades de forma adequada. A falta de recursos disponíveis é um obstáculo significativo para oferecer uma resposta abrangente e que aborde todas as demandas das pessoas atendidas.

Outro desafio é a falta de recursos e a precarização da rede de serviços em Porto Alegre, o que tem sido agravado pelo recrudescimento conservador no Brasil nos últimos anos. A diminuição de vagas em abrigos, aposentadorias de servidores não repostas e a falta de investimento público têm impactado negativamente na qualidade do atendimento e na oferta de serviços para pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas LGBTI+ e pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Além disso, o serviço enfrenta desafios relacionados à capacitação dos serviços para lidar com questões de gênero e sexualidade. Instituições têm buscado o Centro de Referência em Direitos Humanos para oferecer capacitação nessa área, porém, trata-se de um tema sensível, repleto de tabus, e uma única atividade de capacitação frequentemente não é suficiente. Para assegurar um atendimento de qualidade e atualizado, seria fundamental que as capacitações fossem permanentes e recebessem investimento público em saúde, assistência social e educação.



Pergunta 3: Como a perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade é aplicada pelo CRDH em suas atividades?

A perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade^e é aplicada em suas atividades, embora a equipe enfrente desafios na prática interseccional. A equipe é majoritariamente composta por indivíduos que possuem um maior entendimento das questões de gênero e sexualidade, porém, nem sempre estão familiarizados com outros aspectos, como nacionalidade e ciclo de vida. Além disso, a composição da equipe é predominantemente formada por indivíduos brancos e cisgêneros, o que pode influenciar nas abordagens e percepções dos usuários atendidos. Existem também obstáculos relacionados às estruturas institucionais, como a baixa remuneração e as escolhas que muitas vezes os membros da equipe precisam fazer para estarem presentes no serviço. A falta de debate sobre a interseccionalidade no currículo do curso de formação em serviço social também é uma questão relevante que necessita ser abordada.

A aplicação da interseccionalidade no CRDH é abordada em várias dimensões. Durante o cadastro, a equipe busca entender a identidade dos usuários e quais marcadores podem estar dificultando o acesso de algumas pessoas. Os marcadores são acompanhados por meio do prontuário eletrônico, permitindo identificar que a maioria dos usuários que acessam o serviço são brancos jovens adultos. Essa constatação evidencia a falta de acesso de outros grupos, como pessoas negras e pardas, especialmente nas regiões centrais da cidade onde o serviço está localizado. Essa situação levanta questionamentos sobre as estruturas institucionais de apoio e os fluxos existentes para atender às demandas específicas desses grupos.

Em resumo, no CRDH, a perspectiva interseccional é aplicada em suas atividades, mas enfrenta desafios na prática. A composição da equipe, a falta de debate sobre interseccionalidade no currículo do curso de formação em serviço social (e outros) e as estruturas institucionais são fatores que impactam sua abordagem. O CRDH busca identificar as barreiras de acesso e trabalhar para promover uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões interseccionais, garantindo que as demandas específicas dos diferentes grupos sejam atendidas de forma adequada.

Pergunta 4: Como o tripé ensino-pesquisa-extensão é colocado em prática pelo CRDH para contribuir com a formação de profissionais, construção de conhecimento e tecnologias?

Esse projeto é fundamentalmente de extensão e está bem presente no ensino. Com a curricularização da extensão, espera-se uma maior interlocução. Surgiram disciplinas que dialogam diretamente com o projeto, despertando o interesse de algumas pessoas em elaborar trabalhos acadêmicos após visitarem o projeto.

No entanto, a pesquisa é uma área que ainda requer mais atenção no contexto do projeto. Até o

^e A interseccionalidade é descrita pelo grupo entrevistado como um conceito que visa analisar os marcadores sociais que atravessam as pessoas que atendem, permitindo melhor compreender os mecanismos de opressão e discriminação aos quais estão submetidas. São exemplos destes marcadores sociais classe, gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual.



momento, não há nenhuma pesquisa diretamente vinculada a esse projeto específico. Embora existam alguns grupos de pesquisa associados ao CRDH, uma vez que os professores da equipe são pesquisadores e conduzem estudos, ainda não há uma interlocução específica entre essas pesquisas e o serviço em si. É importante mencionar que algumas pessoas têm conhecido o serviço por meio de pesquisas, mesmo que sem um diálogo direto, mas posteriormente buscam continuidade no âmbito da extensão universitária, pois obtiveram mais informações e se envolveram mais com a temática. Essa troca de conhecimentos e aprendizado por meio da circulação das pessoas é frequente, embora ainda não haja uma estrutura formalmente institucionalizada para tal.

Acredita-se que a brevidade do serviço seja um dos fatores que influenciam nesse aspecto. É importante lembrar que o atendimento tem duração de um ano, e o polo ainda não completou esse período. Portanto, inicialmente, o foco é compreender o público atendido, o que será entregue e quais são as possibilidades de atuação, para depois analisar o contexto em que estão inseridos. Considera-se a brevidade do serviço e a importância de circular dentro da universidade, pois embora estar dentro de uma universidade facilite o acesso, também pode dificultar o acesso para o público-alvo. Nesse sentido, a pesquisa pode desempenhar um papel relevante ao pensar em propostas para superar essa dificuldade.

A questão do ensino é um tanto contraditória, pois existem diversas atividades em que há o convite para falar sobre diversidade em sala de aula, mas no sentido de substituir o ensino oferecido pelo professor. No entanto, o objetivo seria capacitar o professor nesse assunto, para que ele possa disseminar o conhecimento. Assim, esses convites são recusados, pois acredita-se que os professores devem ter o conhecimento necessário. É diferente ter um momento de diálogo e construção de planejamento de aula a partir dessas conversas.

Foi construído um ciclo formativo quinzenal, aberto ao público geral, mas com um foco interno, que aborda diversas temáticas importantes para o entendimento do trabalho. Para isso, são convidados pesquisadores e gestores para explicar questões específicas.

A equipe do CRDH tem a oportunidade de aprender muito por meio das interações internas. Composta por profissionais das áreas de assistência social, psicologia, enfermagem e direito, a equipe possui uma diversidade de conhecimentos e perspectivas que enriquecem a formação de cada membro. Essa interlocução entre diferentes áreas contribui para uma abordagem interdisciplinar no atendimento aos casos. Semanalmente, são realizadas reuniões em que os profissionais discutem casos, levando em consideração diferentes pontos de vista e conhecimentos especializados, com o objetivo de oferecer um atendimento mais abrangente e eficaz. Essa troca de informações e a perspectiva interdisciplinar são elementos fundamentais para o aprimoramento contínuo da equipe e para a qualidade do serviço prestado pelo CRDH.



Pergunta 5: Quais oportunidades existem para estudantes e pesquisadores se envolverem em projetos de pesquisa ou ações assistenciais relacionadas aos direitos humanos, gênero, sexualidade e saúde no serviço?

A oportunidade na questão assistencial é ampla, uma vez que o serviço oferece atendimento direto. Embora também haja atividades de informação, capacitação da rede e apoio matricial, a principal atividade realizada é o atendimento direto aos usuários.

No que diz respeito à pesquisa, encontra-se em um estágio inicial. A oportunidade de se relacionar com a pesquisa ainda é limitada. O serviço dispõe de um prontuário que permite obter informações estatísticas para analisar a realidade sob uma perspectiva investigativa, visando refletir sobre os motivos de acesso e, possivelmente, gerar perguntas de pesquisa para o futuro. No entanto, atualmente, a pesquisa não é uma prioridade principal. A equipe está aberta a abordar a pesquisa, respeitando todos os princípios éticos. Já existe um aluno realizando sua pesquisa de graduação, uma pesquisa empírica sobre os resultados de sua experiência de trabalho no serviço, e espera-se que ele prossiga com a pesquisa em nível de pós-graduação. Além disso, há interesse de outros espaços formativos, como residências, em acessar esses serviços. De fato, houve residentes que realizaram estágios opcionais no serviço.

A equipe pensa que não é necessário ter pressa agora, mas sim refletir sobre qual é o público atendido e ter cuidado para não fazer suposições excessivas acadêmicas. A proposta do serviço é trabalhar com o indivíduo que procura atendimento, seja por meio da escuta clínica ou de assistência social-psicossocial. Em relação à pesquisa, ela é vista como algo que deve ser considerado em outro momento, e não agora. Portanto, é considerado importante ter cuidado ao transformar esse espaço em um observatório, pois isso pode ser perigoso. O objetivo principal é o acolhimento. Nesse sentido, ao propor um grupo, a ideia é construir junto com os usuários, caminhar ao lado deles e compreender o que eles desejam e para onde querem ir. Na perspectiva da extensão universitária, a ética é evitar cair em uma produção excessivamente acadêmica de conhecimento estatístico.

Editor responsável: Daniel Demétrio Faustino-Silva

Recebido em 17 de Abril de 2023.

Aceito em 15 de Junho de 2023.

Publicado em 20 de Julho de 2023.

Como referenciar este artigo (ABNT):

PEREIRA, Francis Rodrigues; PICOLLI, Graziela Zagonel. Atendimento Especializado e Formação de Profissionais: perspectivas, desafios e oportunidades no âmbito dos Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 06-10, 2023.

